

Cultura, Estado e mercado

MAURO CHAVES

Deve o Estado subvencionar as produções culturais e artísticas ou devem elas depender exclusivamente do mercado consumidor para sobreviver? Foi um falso dilema assim formulado que levou o governo Collor, na gestão de seu primeiro secretário nacional da Cultura, a dar a impressão de que só ao ouvir a palavra "cultura" já sentia a vontade irresistível de sacar do coldre uma medida provisória — para liquidar num tiro todos os subsídios, incentivos e organismos oficiais de fomento à cultura e às artes. É que, sob o pretexto de combater o inegável parasitismo de alguns setores, notadamente a cara esterilidade da Embrafilme, o governo fez o desmonte institucional de órgãos públicos sem nada realizar em troca, no campo cultural.

Nas democracias civilizadas do mundo contemporâneo, não tem nenhum sentido a discussão entre *estatismo* e *mercadismo* no campo da cultura e das artes. Nelas o Estado, além de participar com obras e serviços de infra-estrutura — teatros, bibliotecas, conservação de patrimônio, etc. —, exerce função de incentivo e fomento, em proporção inversa à capacidade de auto-sustentação de cada setor. Mas, se as atividades menos auto-sustentáveis, como as de vanguarda, são especialmente subvencionadas, isso é para que adquiram condições de chegar ao mercado. Dessa maneira, o Estado se integra à iniciativa privada para, conjuntamente, desenvolver um mercado de cultura e arte, em benefício da sociedade.

O que o governo Collor fez com a Lei Sarney foi jogar fora a criança junto com a água do banho. Em vez de fiscalizar



131
1981
JUL
14

OTAVIO DE SÃO PAULO
ESTADO DE SÃO PAULO

a aplicação dos incentivos fiscais, para impedir fraudes e distorções, o governo acabou com uma fórmula inteligente de apoio à produção cultural e, mais que isso, liquidou uma interessante experiência de *ligação* do mundo empresarial com o mundo da cultura e das artes no Brasil.

Logo que tomou posse, o atual secretário nacional da Cultura fez esta lúcida observação: "Não faz sentido que o Brasil, por puritanismo neoliberal excessivo, acredite que é o único país do mundo que não pode subvencionar a arte." E a salutar mudança de orientação do governo se confirmava com a promessa, feita pelo secretário Sérgio Paulo Rouanet, de produzir algum sistema de incentivo em substituição à Lei Sarney. Mas até agora o novo secretário só se tem dedicado a questões de infra-estrutura (sem dúvida importantes), como conservação do patrimônio artístico, Biblioteca Nacional, etc., sem demonstrar maior preocupação em criar algum instrumento capaz de estimular investimentos em setores culturais e artísticos. Nesse campo, ainda não disse a que veio.

Em São Paulo já está em vigor uma espécie de Lei Sarney municipal, a Lei de Incentivos Fiscais, do vereador Marcos Mendonça, pela qual percentuais do ISS e do IPTU (até 5%) podem ser canalizados, por meio de certificados conferidos aos contribuintes, para a subvenção de projetos culturais — o que este ano deverá significar recursos da ordem de Cr\$ 5 bilhões. Só esperamos que esse dinheiro seja criteriosamente aplicado e resulte em produções de reconhecido valor, pois aí está uma faça de dois gumes: poderá representar um forte argumento a favor ou contra a reintrodução do incentivo fiscal à cultura, no âmbito federal.

□ Mauro Chaves é editorialista do Estado